

A arquitetura dos grupos escolares do Paraná na Primeira República

Elizabeth Amorim de Castro

Resumo

Busca apreender o processo de instituição e disseminação de grupos escolares ocorrido durante a Primeira República no Estado do Paraná, tomando como referência a identificação e a análise das edificações e da sua arquitetura. Baseia-se no pressuposto de que o edifício escolar concebido e construído para esse fim é uma resposta histórica e geograficamente situada às demandas pedagógicas e higienistas vigentes. Materializa a arte e técnica de construir espaços, de estabelecer ordem e limites, de atender a demandas específicas, de expressar valores e de simbolizar a importância que a educação representa no período.

Palavras-chave: grupo escolar; arquitetura escolar; história da educação; Paraná.

Abstract

Architecture of Schools in Paraná during the First Republic

The aim of this study is to apprehend the institution and dissemination process of school buildings that took place in Paraná during the First Republic period, based on the identification and analysis of the buildings constructed by the time and their architectural design. It considers that a school building constructed for such purpose is a historic response and it is geographically placed within the pedagogic and sanitary demands of the time. It materializes the art and technique of building spaces, establishing order and limits, attending specific demands, expressing values and symbolizing the importance of education at that period.

Keywords: elementary schools; school buildings; architectural design; history of education; Paraná.

1 Considerações iniciais

A escola teve um papel de relevância no projeto de modernidade republicana que buscou a construção da nacionalidade brasileira, o desenvolvimento econômico e social, a *ordem* e o *progresso*.

Nesta perspectiva, houve a necessidade de especialização do edifício escolar que, ao atender as novas necessidades pedagógicas e higienistas, estaria contribuindo para a educação, um dos fundamentos da modernidade.

Arte e técnica desse pensamento, a arquitetura escolar passou a simbolizá-lo e, em última instância, a expressar esse projeto político de modernização do País. Surgiram, então, edificações públicas destinadas ao ensino que refletiam os avanços da técnica construtiva e apresentavam uma linguagem estética diferenciada e imponente: o ecletismo.

O presente ensaio buscou identificar e analisar os edifícios construídos para escolas públicas em áreas urbanas no Paraná, na Primeira República (1889-1930). O objetivo foi reconhecer as permanências e as mudanças no edifício escolar, sempre coerente, nos discursos, com as necessidades pedagógicas e higienistas e com os avanços técnicos e estéticos.

Para atingir esse objetivo, realizaram-se um levantamento dos edifícios escolares construídos e uma análise comparativa, tendo como parâmetros critérios e elementos fundamentais para a elaboração do projeto arquitetônico e a materialização do edifício escolar. Foram eles: o *programa arquitetônico de necessidades*, que define os ambientes necessários à escola; a *técnica construtiva*, que utiliza um conjunto de métodos e procedimentos de edificação e de um grupo de materiais

construtivos aprimorados ao longo do tempo; a *ordenação espacial*, que organiza e distribui os diferentes ambientes a partir de critérios como setorização, hierarquia, fluxo de atividades, etc.; e a *linguagem formal ou plástica*, que indica o tratamento estético recebido pelo edifício considerando um vocabulário estilístico.

A Proclamação da República no Brasil, em 1889, de inspiração positivista, buscou uma nova estruturação social procurando romper com aquela vinculada ao Império, considerada arcaica, e trazer parâmetros modernos ao País. Esse processo de modernização passava necessariamente pela incorporação da ciência e das novas tecnologias surgidas na Europa e nos Estados Unidos e pela inserção do País na economia burguesa.

A instrução pública, nesse contexto, assumiu um papel fundamental, na medida em que era vista como transformadora da sociedade ou, ainda, como “uma quase religião cívica” (Monarcha, 1997, p. 102). Essa importância dada à educação como formadora de cidadãos teve como inspiração os Estados Unidos e vários países europeus que, desde o século 18, vinham conformando uma educação secular, obrigatória, gratuita, sob a responsabilidade do Estado e com conteúdo voltado para um conhecimento mais utilitário.

Uma das principais ações no período foi a sistematização do ensino primário, estruturado na criação de grupos escolares e no estabelecimento de um novo programa de ensino: a escola graduada ou seriada. A introdução de novos métodos, racionalização e padronização do ensino – permitindo a classificação dos alunos por série, a divisão do trabalho docente e a profissionalização do magistério –, de uma burocratização administrativa e a necessidade de edifícios escolares concebidos especialmente para este fim foram algumas dessas características.

Esta escola moderna passou a representar uma articulação entre a expectativa da renovação do ensino, o projeto político de disseminação da instrução popular e as vantagens econômicas da concentração de diversas salas de aula em um único edifício. Surgiram os primeiros prédios escolares projetados para essa finalidade, com características imponentes que se tornaram “paradigmas para toda a nação” (Marcílio, 2006).

Foi, portanto, no Período Republicano que a relação *educação, instituição-escola e edifício-escola* foi configurada, ou seja, não poderia haver ensino sistemático sem uma escola que o abrigasse, e esta necessariamente deveria ter uma sede condizente com a sua função. A estreita associação indicou a importância material e simbólica que o edifício escolar e sua arquitetura adquiriram no processo de instituição e consolidação da rede de escolas públicas, em particular, e no projeto de modernização idealizado pelos republicanos, de uma forma geral. O edifício escolar no limiar do século 20, portanto, passou a representar um projeto político que buscou o desenvolvimento, a ordem e o progresso do País.

A valorização da arquitetura escolar também esteve relacionada com o compromisso de adequação às novas necessidades pedagógicas e higienistas,¹ contrapondo-se aos espaços de ensino improvisados, frequentes no Império. Esse edifício, concebido especificamente para essa

¹ O higienismo pode ser considerado uma política de saúde iniciada na Europa no século 18 que transcendia os limites da medicina e integrava-se à gestão política e econômica, visando à racionalização da sociedade. Seu objetivo básico era combater a doença e a elevada taxa de mortalidade que afetavam diretamente a produtividade no trabalho. Sua atuação abrangia todas as instâncias da vida individual e social. Tanto a Arquitetura como a Pedagogia foram influenciadas por seus princípios (Castro, 2004, capítulo 1, 2005, p. 22).

finalidade, estruturou-se numa abordagem integral que buscou corrigir, educar e definir regras, “espaço modelador de hábitos, atitudes e sensibilidades” (Faria Filho, 2005), espaço definidor e possibilitador da ordem. Essas são características do espaço disciplinado identificado pelo filósofo Michel Foucault: repartição de ambientes precisa, de acordo com a função, controle da circulação e determinação do lugar de cada indivíduo. Espaços *reais* e *ideais*, concretos e emblemáticos. Espaços de controle, repletos de marcos físicos e simbólicos que definem não só essa vigilância, mas também o rigor científico, os avanços pedagógicos e higienistas, os princípios racionais e a modernidade das instalações. A arquitetura assumiu o papel de *transformadora de indivíduos*, atuando diretamente sobre o comportamento daquele que abriga (Foucault, 1987, p. 135, 154).

Considerando a *arquitetura* escolar aqui estudada *como segmentação do espaço* (Pereira, 1999, p. 121), dotando-o de significados *reais e ideais* e levando-se em conta que essa disciplina responde às demandas pedagógicas e higienistas vigentes, materializando, com base em técnicas construtivas e linguagem formal avançadas, a importância atribuída na primeira década do século 20 aos edifícios escolares se justifica. Mesmo assim, o grande desafio republicano era superar as dificuldades financeiras e construí-los.

Em 1902, Victor Ferreira do Amaral e Silva, então Diretor de Instrução Pública do Paraná, ao relatar os problemas enfrentados pelo governo nesta área, destacou esta carência:

Um dos escolhos para a boa distribuição das escolas, não só nas cidades como nos pequenos povoados, continua a ser a falta de predios apropriados, dificuldade que só será saneada quando o Estado puder mandar construir casas escolares adequadas nos lugares mais convenientes. [...]

A fim de que as escolas ficassem mais expostas ao publico, que se tornaria assim um auxiliar da fiscalização, tenho distribuído taboetas com o dístico «Escola Publica» para serem collocadas no frontispício das casas das cadeiras publicas. (Paraná, 1903, p. 36)

A preocupação com a identificação das escolas públicas evidenciou a necessidade de reconhecimento dessa função no edifício. Ao mesmo tempo em que denunciava a falta de edifícios escolares adequados, Vitor do Amaral colocava placas de identificação nas escolas existentes. O “caráter identificador” das edificações, como chamou Carlos Lemos, era uma idéia corrente no período. Os diferentes programas arquitetônicos deveriam ser viabilizados de acordo com lógicas e critérios próprios e imutáveis.

As escolas, por sua vez, outro exemplo, deveriam ter alas perpendiculares ao corpo principal da fachada nobre, quase sempre provido de uma escadaria central, na maioria das vezes arrematada por um pórtico guarnecido de colunata clássica. (Lemos, 1985, p. 102)

A descrição acima definiu uma solução de ordenação espacial, a planta arquitetônica em “U”, e elementos formais de composição, fachada nobre

e escadaria com pórtico definindo o acesso principal. Não houve a referência da necessária especialização programática sempre priorizada nos discursos oficiais e de especialistas aqui estudados. A disposição em alas define uma hierarquia; a “fachada nobre”, na qual são inseridos pórticos e escadarias monumentais, indica a importância da instituição ali abrigada.

É preciso ressaltar que essas considerações foram feitas por um arquiteto, destacando como *caráter identificador* do edifício seus aspectos formais e de composição. Um pedagogo salientaria a sua necessária adequação às práticas de ensino, já um médico insistiria no respeito às orientações higienistas (ventilação, insolação, etc.); o administrador público, responsável pela viabilização/construção/manutenção de uma escola, procuraria reunir todos esses fatores. Foi o que fez Vitor do Amaral ao clamar por *edifícios escolares apropriados* e colocar *taboetas* nos existentes, enquanto providenciava a construção do primeiro grupo escolar do Paraná, o Dr. Xavier da Silva.

A arquitetura, portanto, não só respondeu às demandas pedagógicas e higienistas, como também foi partícipe do processo de estruturação da escola e da rede física escolar, tornando-se, com suas formas, *paradigmas para toda a nação*. A expressão de Maria Luíza Marcílio (2006) contém todas essas características: as primeiras escolas republicanas tornaram-se modelos por reunir adequação às necessidades de ensino e às premissas higienistas, por indicar a preocupação do governo com a instrução pública, por exprimir plasticamente imponência, harmonia e sua condição de transformadora social.

Outra questão importante: as novas técnicas construtivas adotadas pelos edifícios escolares. A industrialização de materiais construtivos, como o ferro e o cimento, e a introdução de uma nova forma de construir, mais rápida, econômica e com materiais pré-fabricados, e de uma nova estética, cujo predomínio foi o da funcionalidade técnica, possibilitaram uma arquitetura de maior arrojo construtivo e, por conseqüência, de expressão progressista (Argan, 1992, p. 84-91).

No Brasil, novas formas e técnicas construtivas começaram a ser empregadas a partir da segunda metade do século 19, identificadas, nos estudos dos arquitetos Reis Filho (1983) e Cerqueira Lemos (1985), com o término do tráfico de escravos, o início da imigração européia e do trabalho remunerado e a implantação do sistema ferroviário. As inovações passavam pela implantação do edifício no terreno (que na fase colonial era construído no alinhamento frontal), pelo uso de porão alto e de novos materiais como tijolos, telhas francesas, elementos em ferro fundido ou batido, chapas de cobre ou ferro zincado e madeira. Ladrilhos, tacos e mosaicos revestiram os pisos, e sistemas de abastecimento de água, de coleta de esgotos e de águas pluviais foram incorporados aos edifícios, trazendo as instalações sanitárias para dentro da casa.

A vida na cidade passou a solicitar espaços mais especializados (escolas, museus, bolsas de valores, bibliotecas, hotéis, hospitais, estações ferroviárias, etc.), os quais tinham um programa arquitetônico de necessidades específico, até então pouco conhecido ou inexistente (Campos, 1998, p. 25-31).

Esse contexto propiciou uma arquitetura distinta da fase colonial, com a utilização de aberturas mais amplas, de telhados mais elaborados e de fachadas com maior movimento. Essa tendência de configurações estéticas e espaciais mais complexas, baseadas na incorporação de novas tecnologias na arquitetura brasileira, esteve associada a uma linguagem plástica: o ecletismo.

Essa arquitetura estruturou-se dentro da corrente acadêmica marcada pelos referenciais de diferentes épocas, variando ou mesclando elementos decorativos de “tempos” históricos diferentes. Segundo Czajkowski (2000, p. 7), o ecletismo expressou em suas linhas “dramaticidade, conforto, expressividade, luxo, emoção e exuberância”. Diversos estudos relacionaram esse movimento na arquitetura com o positivismo e com as correntes evolucionistas presentes no século 19.² De maneira geral, pode-se colocar como predominante no pensamento europeu a valorização da técnica como fundamento de uma arquitetura racional, com valores fincados na *utilidade, ordem e simplicidade e caráter*. Havia um comprometimento da arquitetura com a ciência e a tecnologia modernas (Colquhoun, 2004, p. 64).

Essa característica foi um fator importante para o desenvolvimento deste ensaio. Mais do que entrar na questão do uso apenas ornamental de diferentes estilos, arrancados de seu contexto original, o que se considerou aqui foi a incorporação da ciência e da tecnologia,³ a valorização da adequação técnica e funcional aos novos programas⁴ e da racionalidade construtiva. Concorde-se com Reis Filho (1983, p. 186), quando este afirma que “o ecletismo foi, pois, em arquitetura, conciliação e progresso, tradicionalismo e progresso ou, como se diria depois, ordem – com uma conotação determinada – e progresso”.

Ou seja, o ecletismo na arquitetura brasileira, presente no período de transição entre Império e República e estendendo-se até o início do século 20, legitimou-se como uma expressão do seu tempo. O arquiteto Eudes Campos (1998, p. 25), ao estudar o ecletismo paulistano, colocou que o emprego desta linguagem formal foi “a única forma de demonstrar o alto nível civilizatório atingido pela emergente burguesia cafeeira”.

Os edifícios dos grupos escolares concebidos e construídos especialmente para este fim, aqui estudados, incorporaram os pontos acima relacionados. Além de se caracterizarem como necessidade dos novos tempos e prioridade do governo republicano, destacaram-se pela sua adequação espacial às demandas pedagógicas e higienistas, pelo emprego de materiais e técnicas construtivas vigentes e pela utilização da linguagem eclética.

2 Grupos Escolares do Paraná

2.1 Primeira fase: as casas escolares

O número de escolas brasileiras cresceu significativamente durante a Primeira República. No Paraná, essa situação repetiu-se, surgindo no cenário urbano importantes edifícios escolares públicos, que se tornaram

² Ver trabalhos de Colquhoun (2004), Benévolo (1976), Reis Filho (1983) e Lemos (1985), entre outros.

³ Esta colocação não entende que foi apenas neste contexto que a arquitetura especializou-se. As construções arquitetônicas, por princípio, atendem a um programa de necessidades, o qual, no limite, define a sua especificidade. A intenção aqui é a de realçar a importância que tal programa assumiu no momento em que as demandas passaram, também, a incorporar os conhecimentos científicos e técnicos produzidos naquele momento. Foi o que Argan classificou de tipologia marcada pelas funções práticas (de hospitais, escolas, hotéis, etc.), instituída na segunda metade do século 19 (Argan, 2001, p. 67)

⁴ Um exemplo dessa *especialização* é a do edifício hospitalar, cujo programa construtivo, a partir de meados do século 19, tornou-se mais complexo com as contribuições do higienismo e da microbiologia. Para maiores detalhes ver os trabalhos anteriores de Castro (2003, 2005).

marcos do período. Logo nos primeiros anos do século 20, no aniversário de 50 anos da criação da Província do Paraná, em 19 de dezembro de 1903, foi inaugurado em Curitiba o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva,⁵ destinado à instrução primária.



Figura 1 – Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em 1903

Fontes: PARANÁ. FUNDEPAR. *Planta de Implantação e Arquitetônica*. Curitiba, sem data. Planta do pavimento térreo e implantação, apresentada em uma prancha. Levantamento Arquitetônico em arquivo digital. Acervo: FUNDEPAR e *Planta de Implantação do Translado da Escritura Pública de compra e venda do terreno onde se situa o Grupo Escolar Xavier da Silva*. Curitiba, sem data. Implantação apresentada em uma prancha. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Pasta 6).



Foto 1 – Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, em Curitiba – 1930

Fonte: Acervo da Casa da Memória/ Diretoria do Patrimônio Cultural/ Fundação Cultural de Curitiba (FCC).

⁵ A escola, ainda existente, situa-se à Rua Silva Jardim, 613, Bairro Reboças e atualmente é denominada Colégio Estadual Dr. Xavier da Silva.

No grupo escolar Xavier da Silva, em adiantada construção á rua Marechal Floriano Peixoto, pretendo instalar tres escolas para cada sexo, completamente separadas, sendo uma para a 1ª serie do primeiro grao, uma para a 2ª serie do 1º grao e a 3ª para ambas as series do 2º grão. (Paraná, 1904, p. 12).

Iniciou-se, desta forma, a estruturação do ensino primário e público com os novos critérios republicanos: a escola graduada e agrupada. Desde o princípio, o Xavier da Silva foi considerado um *grupo modelo*. “O novo edifício destinado ao grupo escolar Xavier da Silva, contendo espaçosas salas e recreios cobertos, ao ar livre, despertou a ideia de formar-se em outros predios, como o antigo Gymnasio, novos grupos” (Paraná, 1905, p. 23).

A escola, projetada pelo engenheiro civil Candido Ferreira de Abreu, foi implantada no alinhamento predial, na esquina das Ruas Marechal Floriano Peixoto e Silva Jardim. Desta maneira, acompanhou a linha construtiva de toda a quadra. Sua forma em “L” voltada para as faces externas do terreno possibilita que o edifício se desenvolva a partir de um eixo de simetria (localizado na diagonal do terreno) e define um pátio interno, protegido do movimento e dos olhares da rua. São duas alas laterais, correspondentes às seções feminina e masculina, que se encontram no *hall* central. Cada uma possui três salas de aula e uma área de recreio coberta.

A presença de áreas cobertas para recreação nas extremidades do edifício deve ser destacada. Esses ambientes eram considerados imprescindíveis em manuais franceses de arquitetura escolar (Tubouff, [1890], p. 7-8; Guadet, 1909, p. 218-219), estando adequados ao clima frio e úmido da cidade e às recomendações sobre a importância do pátio recreativo.

O edifício, filiado ao ecletismo, apresentou um programa arquitetônico de necessidades simplificado e uma ordenação espacial e linguagem formal singulares em relação aos similares paulistas. Como um projeto modelar, serviu de referência, mas não foi repetido nas escolas posteriormente construídas no Estado.

Nos anos seguintes, foram construídos três edifícios escolares: o Grupo Escolar Vicente Machado, em Castro, o Cruz Machado, em Curitiba, e o Jesuíno Marcondes, em Palmeira. O primeiro foi inaugurado em 29 de novembro de 1904. O edifício,⁶ projetado e construído pelo governo, possuía “quatro escolas para dois sexos” (Paraná, 1903, p. 18) e, segundo Vitor Ferreira do Amaral e Silva,⁷ Diretor de Instrução Pública, era “de singela e elegante architectura” (Paraná, 1903a, p. 11).

O Grupo Escolar Cruz Machado, localizado no arrabalde do Batel⁸ e concluído no final de 1906, foi projetado por Ângelo Bottechia, arquiteto do quadro da Diretoria de Obras e Viação (Paraná, 1907, p. 29). Está implantado no alinhamento predial, com duas salas de aula e duas de apoio, dispostas simetricamente em torno de um *hall* central aberto para o exterior, no qual se insere a escadaria que vence o desnível entre a rua e o pavimento térreo.

⁶ Este edifício, já demolido, localizou-se na Praça Pedro Kaled, 22, onde hoje encontra-se a sede da Prefeitura Municipal de Castro.

⁷ Relatório apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director Geral da Instrução Publica do Estado, em 31 de dezembro de 1902 (p. 36-43, *apud* Paraná, 1903a, p. 11).

⁸ O edifício, situado na Avenida Bispo Dom José, 2006, sedia atualmente a Delegacia Antitóxicos.

A um programa de necessidades enxuto, correspondeu uma ordenação espacial compacta, que manteve a divisão em duas seções – masculina e feminina – e a diferenciação de acessos – um principal e dois secundários. Uma singularidade deste projeto foi a incorporação das instalações sanitárias ao prédio, situadas no porão e com entradas voltadas para o pátio interno, próximas às escadas posteriores. O tratamento formal é aprimorado, com uma ornamentação eclética sofisticada.

O Grupo Escolar Jesuíno Marcondes,⁹ em Palmeira, também com autoria de Ângelo Bottechia, foi inaugurado em 1907.

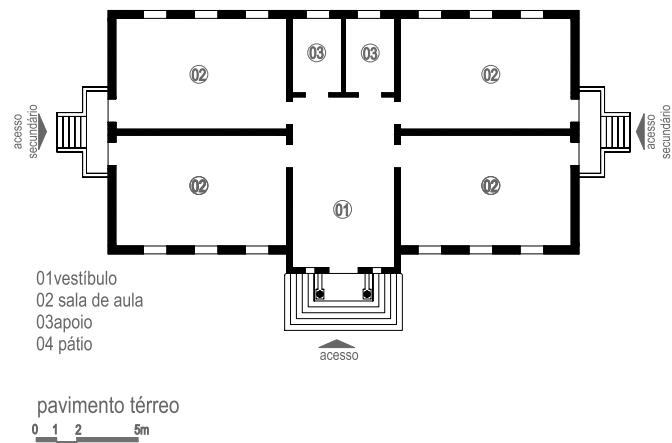


Figura 2 – Planta do pavimento térreo do Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, em Palmeira

Fonte: Paraná. Departamento de Obras e Viação. *Grupo Escolar Telêmaco Borba – Tibagi*. Ponta Grossa, sem data. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado.



Foto 2 – Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, em Palmeira – sem data

Fonte: Acervo da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Seec.

⁹ Este edifício situa-se à Rua Cel. Pedro Ferreira, 223, e foi tombado pelo Patrimônio Estadual, em 2004, sob o número 152-II.

O edifício consta de um vestíbulo, dois gabinetes de 3,85m por 2,28m, e quatro salas de aula, de 9m por 5,625m cada uma; é todo de alvenaria de tijollo e situado em local elevado, bem no centro da cidade. Do portão para a área fronteira ao edifício tem-se acesso por uma escada de 6 degraus feita de pedra grés aparelhada. (Paraná, 1907, p. 31-32).

Seu programa arquitetônico foi composto por um vestíbulo, quatro salas de aula e dois ambientes de apoio, sendo, portanto, maior que o exemplar anterior. No entanto, permanecem a ordenação espacial, a configuração simétrica em bloco único, a definição de dois setores (masculino e feminino) e a hierarquia de acessos (um central e dois secundários). Novamente há um esmero formal, de linguagem eclética, embora com padrões distintos em relação à escola de Curitiba. O acesso é marcado por um avanço da fachada, com colunas e platibanda com frontão.

Um novo conjunto de escolas foi construído a partir de 1910. O Grupo Escolar Professor Cleto,¹⁰ concluído em Curitiba, iniciou esse processo. Seu programa arquitetônico mostrou uma maior simplificação: apenas quatro salas de aula (Paraná, 1910, p. 40).

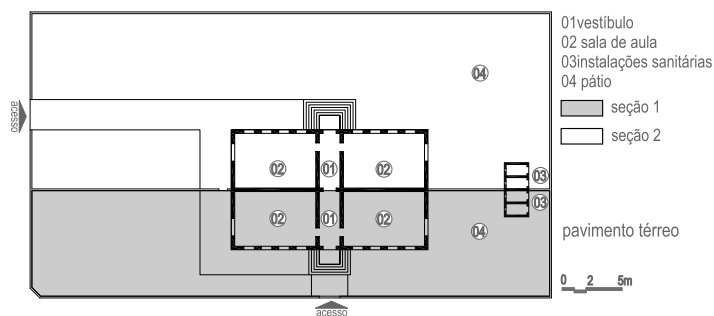


Figura 3 – Planta de implantação e do pavimento térreo do Grupo Escolar Professor Cleto, em Curitiba

Fonte: Paraná. Departamento de Obras e Viação. *Grupo Escolar Professor Cleto*. Curitiba, 26 de janeiro de 1940. Planta do pavimento térreo apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da Sead (Pasta 26).



Foto 3 – Grupo Escolar Professor Cleto, em Curitiba – sem data

Fonte: Acervo da Coordenadoria do Patrimônio Estadual da Sead.

¹⁰ Esta escola, ainda em funcionamento, denomina-se atualmente Colégio Estadual Professor Cleto e situa-se na Rua Visconde de Nácar, 544, Centro.

O edifício, em bloco único, apresenta uma ordenação espacial composta de uma circulação transversal, funcionando como eixo de simetria, com duas salas de aula de cada lado. Nas extremidades deste corredor encontram-se os acessos ao edifício. Essa disposição permite a separação em duas seções. Não há salas de professores, nem acesso principal. O edifício está definido por dois conjuntos, cada um com duas salas de aula.

A implantação do edifício proporciona uma visão panorâmica e permite compreender que a divisão em seções não se limita ao edifício, estando presente em todo o terreno. Um muro separa meninos e meninas, que possuem acessos, pátios de recreação e instalações sanitárias distintas. Também merece destaque a distância que estas estavam do edifício principal, sendo necessário atravessar o pátio do recreio para utilizá-las.

A linguagem formal contida e austera desta escola é condizente com seu programa arquitetônico e sua ordenação espacial. A fachada, de orientação eclética, apresenta pouca ornamentação e as entradas são marcadas com pequeno frontão.

Embora nas mensagens e relatórios de governo não houvesse referência a projetos padronizados, esse recurso foi utilizado com frequência. Outras escolas foram construídas utilizando o projeto do Grupo Escolar Professor Cleto: o Grupo Escolar Macedo Soares, em Campo Largo,¹¹ o Barão de Antonina, em Rio Negro, o Professor Raposo, em Jacarezinho, e o Isabel Branco, em Jaguariaíva¹² – todos concluídos em 1911 (Paraná, 1910, p. 41).

Outros exemplos podem ser dados: o Grupo Escolar Dias da Rocha, em Araucária, o Manoel Eufrásio, em Piraquara, o Conselheiro Zacarias e o Presidente Pedrosa, ambos em Curitiba, possuem o mesmo projeto e foram concluídos no início de 1912 (Paraná, 1912, p. 23-25).

Essas “casas escolares” apresentam “dois salões de 7,40m x 10,50m [e] um vestíbulo comum de 4,70m x 2,00m” (Paraná, 1910, p. 41). Com um número de salas de aula menor em relação aos grupos escolares anteriores, este projeto não apresenta circulação interna. O vestíbulo corresponde a um avanço da fachada e marca o acesso principal ao edifício e os salões comunicam-se diretamente com ele. Nas duas laterais do prédio localizam-se as entradas de alunos. É uma solução simétrica e compacta.

Ainda em 1912, foram construídos, com o mesmo projeto, os Grupos Escolares Professor Brandão, em Curitiba, e dr. Franco Valle, em Imbituva (Paraná, 1912, p. 25).

Trata-se de uma variação da solução anterior. A planta é a mesma, só que posicionada de forma invertida, o vestíbulo foi posicionado na parte posterior do edifício, transformando-se em sala de apoio. A fachada frontal da escola passa a ter apenas janelas, com um pequeno ressalto nas janelas centrais, acompanhado de um acabamento diferenciado na platibanda, onde fica a identificação da escola.

No final de 1912, mais um conjunto de cinco escolas foi concluído apresentando o mesmo projeto: o Grupo Escolar Visconde de Guarapuava,

¹¹ O edifício hoje abriga o Museu Histórico de Campo Largo, sito à Praça Getúlio Vargas, s/n°.

¹² Este edifício situa-se à Rua Marieta Camargo, 385, e foi tombado pelo Patrimônio Estadual, em 2001, sob o número 139-II.

em Guarapuava, o Professor Serapião, em União da Vitória, o Barão de Capanema, em Prudentópolis, o Silveira da Motta, em São José dos Pinhais, e o Senador Correia, em Ponta Grossa (Paraná, 1912, p. 24-26; 1912a, p. 59-60).

Os ambientes de apoio retornam ao programa arquitetônico dessas escolas. As duas seções estão completamente separadas, sem comunicação interna. Um pequeno vestíbulo faz a distribuição das salas. São duas entradas localizadas em extremidades opostas do edifício, marcadas pelo avanço da fachada. Assim como as escolas anteriores, não há acesso diferenciado para professores e visitantes; o tratamento formal é eclético e assemelha-se ao encontrado na escola relacionada a seguir.

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco, construído em Curitiba entre 1910 e 1913 (Paraná, 1910, p. 40; 1912, p. 23), apresentou um tratamento formal e uma ordenação espacial semelhante àquela encontrada nas escolas de Ponta Grossa e São José dos Pinhais, sem a presença das salas de apoio.

Outra escola em Curitiba merece destaque na presente análise: o Grupo Escolar 19 de Dezembro. Seu projeto arquitetônico traz uma solução ímpar no universo estudado.

O edifício compõe-se de dois corpos distintos, separados por um espaço de 10 metros.

Cada corpo é constituído por dois salões de 11,00m x 9,00m correspondendo a cada um deles, um vestíbulo de 3,00m x 3,00m, uma saleta central de 3,00m x 3,00m para o professor, e um gabinete para latrina e mictório, com 3,00m x 3,00m.

Os salões das classes e compartimentos acessórios são completamente independentes uns dos outros. Amplamente ventilados e iluminados a satisfazem a todas as regras pedagógicas exigidas [...]. (Paraná, 1910, p. 40).

Infelizmente, o projeto original dessa escola não foi encontrado. A separação dos sexos foi levada ao extremo: meninos e meninas foram abrigados em edifícios diferentes. Estabeleceu-se um núcleo – sala de aula, sala de professores e instalações sanitárias – repetido quatro vezes. Esta célula incorporou, de forma inédita, no mesmo pavimento que as salas de aula, o banheiro no corpo do edifício. A disposição é simétrica e a implantação dos edifícios foi feita no alinhamento predial.

No final de 1913, Marins Alves de Camargo, respondendo pela Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, anunciou a construção dos grupos escolares Telêmaco Borba, em Tibagi, e Dr. Claudino dos Santos, em Ipiranga.¹³ Os dois edifícios foram construídos com o mesmo projeto da escola de Palmeira, de 1907. Além desses, em Santo Antônio da Platina, edificou-se uma escola com duas salas de aula, duas para professores e um vestíbulo (Paraná, 1913, p. 105-106).

Os edifícios escolares apresentados até aqui, com exceção do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, de 1903, podem ser divididos em dois tipos:

¹³ O edifício situa-se à Rua João Ribeiro da Fonseca, 74, e foi tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual em 1991 sob o número 113-II.

de duas e de quatro salas de aula. O relatório que Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, então Diretor Geral de Instrução Pública, redigiu no final de 1913, explicou que, por imposições do Regulamento de 1901,¹⁴ até aquele momento

[...] os *grupos escolares* não obstante possuímos com esse nome casas onde funcionam duas, quatro e até mais de quatro escolas, que, independentes sem a mínima relação entre si, naturalmente se fazem concorrência e se perturbam, em vez de se combinarem e se auxiliarem. [...]

Temos hoje, nas cidades mais importantes do Estado, casas escolares onde funcionam, independentes, quatro escolas, cada uma com excessivo numero de alumnos, distribuídos em quatro classes. (Paraná, 1914, p. 11-12).

Ou seja, as classes ou séries estariam reunidas em um mesmo edifício, mas não agrupadas administrativamente. Se as escolas, até 1913, funcionaram de forma independente umas das outras, justifica-se a ordenação espacial encontrada, que privilegia a divisão do edifício em duas seções com acessos independentes e, em muitos casos, sem ligação interna. Ao mesmo tempo, os ambientes de apoio, quando existentes, são dois, um para cada seção, ou quatro, um para cada sala e, provavelmente, destinariam-se às salas de professores. Não há salas para direção, secretaria ou portaria, uma vez que as escolas não possuíam administração centralizada. Configura-se, então, uma célula programática composta por *1 ou 2 salas de aula + 1 sala de professor* que é multiplicada.

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo procurou, em 1914, implantar a escola graduada:

Durante o anno de 1914, foram postas em execução nesta Capital e em diversas outras localidades que eu pude visitar, as instrucções que foram expedidas por esta Directoria e aprovadas pela Secretaria do Interior (Portaria n. 4 de 17 de Janeiro de 1914) para a reorganisação das escolas publicas primarias, sendo o ensino dividido em quatro series, com um programma comprehensivo de todas as disciplinas essenciaes para a educação popular, de accordo com os mais adeantados ensinamentos da pedagogia.

Reuni escolas systematisando e dividindo os trabalhos, por series, entre os respectivos professores e confiando a um destes a função de director; formei, assim o que em falta de melhor denominação, chamamos *grupos* e *semigrupos escolares*.

Sem duvida, esses estabelecimentos não são organisados à feição dos afamados grupos escolares paulistas, compostos de uma secção para meninas e outra para meninos, dispondo de todo o material technico para o ensino e tendo pessoal administrativo differente do pessoal docente.

As nossas actuaes casas escolares são, em regra, de bello estylo architectonico, têm todas as condições de aeração e de luz, dotadas umas de quatro amplos salões, outra apenas de dous: nas de quatro salões pudemos installar as quatro séries do ensino, uma a cargo de cada professor, - é o nosso *grupo escolar*; nas de dous salões deixamos cada professor com duas séries, - é o *semigrupo*. (Paraná, 1915, p. 3-4).

¹⁴ Decreto nº 93, de 11 de março de 1901, Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná.

O então Diretor Geral de Instrução Pública estabeleceu nessa *reorganização das escolas públicas* uma reforma estrutural em seu funcionamento. No texto, elogiou os edifícios escolares existentes, a seu ver, adequados às exigências higienistas e de *bello estylo architectonico*. No entanto, quando afirmou que não eram *organizados à feição dos afamados grupos escolares paulistas*, explicou que, em termos de espaço construído, não havia seções feminina e masculina. Não é o que foi mostrado até aqui: todos os edifícios apresentam as duas seções. Porém, ao querer implantar um grupo escolar de quatro séries (o que exigiria oito salas de aula, quatro para meninas e quatro para meninos) ou um semigrupo de duas (necessitaria de quatro salas, duas para meninas e duas para meninos), os edifícios existentes não conseguiram atender a essa demanda. Provavelmente, os *grupos escolares* e os *semigrupos* de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo reuniam, na mesma sala de aula, alunos dos dois sexos.

Voltando ao texto de Marins Alves de Camargo, datado de 1913, que, como Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, era colega de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, foi anunciada a elaboração de novos projetos de construções escolares:

Pretendendo esta Secretaria construir diversas casas escolares em varias localidades do Estado, foram pela Directoria Technica confeccionados diversos typos para esses prédios, sendo notável a economia que aquella Directoria introduzio nos respectivos projectos, graças a reduçção das exaggeradissimas espessuras com que até aqui eram feitas as paredes dessas casas, o que constituía um verdadeiro attentado aos cofres do Estado, pois que nenhum motivo de ordem technica justifica o desperdício de material que se nota nessas construcções em todo o Estado. (Paraná, 1913a, p. 115).

A primeira argumentação tratou da redução de custos construtivos, baseada na diminuição da espessura da alvenaria – uma questão de técnica construtiva. Marins Alves de Camargo acrescentou ainda que as alterações dos novos projetos não se limitavam a esses aspectos: apresentavam melhorias estéticas, higienistas e pedagógicas.

Alem dessa modificação foram feitas outras, não só sob o ponto de vista esthetico, como em relação a hygiene e outras exigências de ordem pedagógica, que os actuaes predios não possuem, chegando estes a causar certa impressão desagradavel ao viajante que percorre as nossas cidades do Interior, pois depara sempre com o mesmo typo de prédio escolar, o que lhe faz conjecturar desfavoravelmente do nosso gosto artistico. (Paraná, 1913a, p. 116).

Os mesmos edifícios elogiados pelo Diretor Geral de Instrução Pública, no texto de 1914 anteriormente apresentado, como de *bello estylo architectonico* [e com] *todas as condições de aeração e de luz*, foram definidos como inadequados sob o ponto de vista higienista, pedagógico e estético. As demandas de ensino já foram explicitadas e referem-se basicamente ao número de salas de aula. A questão higienista não está esclarecida. Em relação ao *ponto de vista esthetico*, não há dúvidas de que se referiu à repetição de um mesmo projeto em cidades diferentes,

prática corrente no período. Na continuação do texto, Marins Alves de Camargo explicou que não abriu mão de projetos padronizados, mas que seus projetos apresentariam mais opções:

Os projectos confeccionados ultimamente pela Directoria Technica são de construcção leve e elegante e variam de typo embora conservem, mais ou menos o estylo. Para cada ordem de grupo escolar foram estudados 2 ou 3 typos.

Assim temos: grupos escolares modelos, com 8 salas de aula, um grande salão para aulas em commum, gabinete para a Directoria, professores, porteiro, etc., variando o custo desses prédios de 60 a 80:000\$000; grupos com 4 salas de cidade e de villa, variando o seu custo entre 12 e 16:000\$000 se é de madeira ou entre 30 ou 40:000\$000 se é de alvenaria; grupos com duas salas typo de villa e povoado, variando o respectivo custo entre 15 e 20:000\$000 se é de alvenaria e entre 5 e 8:000\$000 se a construcção é de madeira. (Paraná, 1913a, p. 116).

O programa arquitetônico das novas escolas apresentou edifícios de duas e quatro salas de aula. Essa configuração do edifício escolar já tinha sido disseminada pelo Estado, sendo, no mesmo documento, alvo de críticas. Entretanto, atendia à demanda de cidades pequenas, tanto que escolas deste porte foram construídas, pelo menos, até a metade do século 20. O texto também apresentou novidades com os “grupos escolares modelos”, compostos por oito salas de aula¹⁵ (atendendo de forma plena as duas seções – meninos e meninas – de quatro séries primárias) e ambientes administrativos e de apoio: diretoria, sala de professores, portaria e um salão. Esse programa aproxima-se daqueles encontrados nos primeiros grupos escolares paulistas. A visita oficial que o então Diretor de Instrução Pública do Paraná, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, fez às escolas de São Paulo, em meados de 1912, contribuiu para a conformação dos novos projetos (Paraná, 1912a).

Quatro anos mais tarde, foi promulgado um novo Código de Ensino (Decreto nº 17 de 1917), no qual, entre outros temas, definiu que o ensino primário dividia-se em quatro séries (Artigo 55, Seção III, Capítulo II), instituiu um grupo escolar modelo em Curitiba, com “8 cadeiras, 4 para cada sexo” (Artigo 70, Seção III, Capítulo II) e ainda estabeleceu parâmetros para os edifícios escolares, que mantiveram muitas características até então vigentes. As instalações sanitárias permaneceram externas, assim como os pátios de recreação e de ginástica – não foram mencionados salões ou galpões cobertos. As exigências higienistas foram explicitadas: implantação em terreno que não acumule umidade e afastada de locais ruidosos e insalubres, isolamento do edifício em relação ao solo (porão alto) e índices de área mínima de iluminação e por aluno. Em relação ao programa arquitetônico, foram definidos grupos escolares modelos, já mencionados em 1913, com oito salas de aula e a necessidade de um ambiente para “um pequeno museu escolar e para o acondicionamento dos trabalhos manuaes e materiais respectivos”. Os demais ambientes já previstos nos projetos de 1913, tais como diretoria, portaria e salão, nem sequer foram citados.

¹⁵ É preciso lembrar que o Grupo Escolar Xavier da Silva, até então modelo para as demais escolas, possuía seis salas de aula.

O Código de Ensino de 1917 foi promulgado em um período de pouquíssimas construções escolares. O governo de Francisco Xavier da Silva, Presidente do Paraná entre 1908 e 1912, construiu 11 escolas, a grande maioria nos dois últimos anos. Seu sucessor, Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912-1916), edificou oito¹⁶ e a gestão de Affonso Alves de Camargo (1916-1920) erigiu apenas uma. No próprio Código de Ensino, essa dificuldade foi exposta no Artigo 157 do Capítulo IX: “à medida que os recursos financeiros do Estado o permittirem, construir-se-ão casas escolares nas cidades, villas e importantes povoações que ainda não tiverem sido dotadas desses melhoramentos” (Paraná, 1917).

O único edifício escolar construído nesse período foi a nova sede do Grupo Escolar Professor Serapião, em União da Vitória, devido a uma situação específica. Em função da perda de território do Paraná para Santa Catarina, ocorrida após o fim da Guerra do Contestado (1912-1916), União da Vitória foi dividida entre os dois Estados. O primitivo centro urbano passou a pertencer à nova cidade catarinense de Porto União. O governo paranaense teve que projetar “uma nova sede para o município”. Esse planejamento compreendeu o traçado de ruas, com aproveitamento e prolongamento das existentes e criação de novas, e a construção de três edifícios – situados em torno da praça central e inaugurados em 1917 – um para a sede conjunta da Câmara Municipal, Fórum, Coletoria e Quartel, outro para um hotel e o terceiro para uma escola, uma vez que a primeira sede do Grupo Escolar Professor Serapião encontrava-se na região que ficou para Santa Catarina.¹⁷

Attendendo ás condições financeiras excepcionaes que experimenta o Estado, no actual momento, esses edifícios foram estudados de modo a ser adoptado o maxximo coefficiente de economia, d’ahi porque cada um possue tão somente as imprescindíveis dependências. (Paraná, 1917a, p. 19)

A “máxima economia” e apenas “ambientes imprescindíveis” determinaram a adoção de um programa arquitetônico para o edifício escolar já conhecido: quatro salas de aula e duas administrativas, divididas em duas seções definidas e com acessos diferenciados.¹⁸

2.2 Segunda fase: os grupos escolares

A gestão de Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928) empenhou-se em reverter a escassez de construções escolares no Paraná, apoiado por um período de maior estabilidade econômica. César Pietro Martinez, então diretor da Escola Normal de Pirassununga, foi convidado a coordenar uma reestruturação da instrução pública paranaense. Segundo Alir Ratacheski (1953, p. 31), Martinez, entre 1920 e 1925, “estabeleceu as linhas mestras do ensino” no Estado, reformou o Código de Ensino de 1917 e impôs novos parâmetros para a educação primária.

¹⁶ Estes números referem-se às construções em alvenaria situadas em centros urbanos.

¹⁷ Na nova condição, sua denominação passou a ser Grupo Escolar Balduino Cardoso (Silva, 1934, p. 109).

¹⁸ O edifício situa-se na esquina da Praça Coronel Amazonas com a Rua Castro Alves e foi tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual em 1988, sob o número 92-II.

Convictos de que uma das bases da educação primária é o professor, Caetano Munhoz da Rocha e César Pietro Martinez investiram na formação docente criando uma rede de escolas normais, todas com sedes construídas especialmente para este fim, em Curitiba (1922), Ponta Grossa (1925) e Paranaguá (1927).

Proveniente de São Paulo, Estado pioneiro na implantação da escola graduada e na construção de prédios especialmente destinados ao ensino, Martinez não pôde deixar de citar essa experiência, assim como não deixou de enaltecer o trabalho especializado dos projetistas dessas escolas. Com esse conhecimento, o Diretor de Instrução Pública desqualificou a maioria dos prédios escolares do Paraná:

Peccam esses prédios pela falta de hygiene, pela desproporção das salas de aula, pela irregular distribuição de luz natural, pela disposição das salas de aula que quasi sempre se communicam entre si, ou estão isoladas da administração central: pelo desabrigo dos pateos de recreação pela falta de água abundante, pela installação de sanitarias contíguas ás salas de aula, ou improprias porque de todo sacrificam o serviço de limpeza, ou de todo são incommodas.

Quatro edifícios fazem júz a uma excepcional referencia e merecem ser apontados, em suas linhas geraes, como modelos que podem ser seguidos. São elles os de Tybagy, Palmeira e Ypiranga, de um só typo, projectados pelo Dr. Niepce da Silva¹⁹ e o União da Victoria pelo Dr. Moreira Garcez. (Paraná, 1924, p. 44).

No entanto, dentro deste universo, destacou quatro edifícios, os quais estariam em condições de serem considerados *modelos*; todos esses exemplares já foram analisados individualmente na seção anterior. Resta traçar algumas considerações ante as palavras de Martinez. Em relação ao programa arquitetônico, os grupos escolares citados apresentam quatro salas de aula e duas de apoio. Em relação à ordenação espacial, há uma distribuição simétrica de ambientes sempre a partir de um vestíbulo. As duas seções, feminina e masculina, estão definidas e com acessos diferenciados. Em termos de técnica construtiva, foram edificadas em alvenaria de tijolos, não possuem instalações sanitárias internas e utilizam o porão alto para nivelamento do edifício e isolamento em relação ao terreno. As janelas são amplas, proporcionando insolação e ventilação abundantes; a linguagem formal é a eclética, sendo mais aprimorada nos três primeiros exemplares; e nenhum deles possui uma área coberta para recreação.

Muitas dessas características poderiam ser encontradas em outros grupos escolares, por exemplo, nos de Guarapuava e de São José dos Pinhais. As dimensões das salas de aula são muito semelhantes: nestes edifícios são de (8,80 x 5,90)m, no de União da Vitória, (8,40 x 5,45)m e nos demais, (8,70 x 5,65)m. Martinez explica que:

As salas com 10 e 12 metros de comprimento são em parte inaproveitáveis e, em certos logares, o que é muito peor, servem para duas professoras regendo classes diferentes. Como é natural, esta pratica dá péssimos resultados pela quebra constante da disciplina, e difficulta sobremaneira o trabalho de cada professor (Paraná, 1920, p. 27).

¹⁹ A informação de autoria destes projetos não coincide com aquela encontrada no relatório apresentado por Francisco Gutierrez Beltrão (Paraná, 1907, p. 29). Ali consta que o autor do projeto do Grupo Escolar de Palmeira, construído em 1907, foi Ângelo Bottechia, naquele momento desenhista da Diretoria de Obras e Viação. José Niepce da Silva foi relacionado, no mesmo documento, como Engenheiro-Diretor (p. 6). Os edifícios de Tibagi e Ipiranga foram erguidos cinco anos mais tarde, em 1913, e apresentam o mesmo projeto arquitetônico. Vale ressaltar que Ângelo Bottechia foi apresentado como desenhista da mesma diretoria, em 1912 (Indicador Paranaense, 1912).

As salas de aula com profundidade superior a dez metros aparecem somente em algumas escolas, como, por exemplo, nos grupos escolares Professor Brandão, Barão do Rio Branco e 19 de dezembro, todos em Curitiba, e Dr. Franco do Vale, em Imbituva.

Ao se considerar que a construção do edifício do grupo escolar de Palmeira data de 1907 e que o relatório de Martinez é de 1924, constata-se que há uma diferença de 17 anos. Nesse período, os métodos de ensino foram discutidos, a estrutura organizacional da instrução pública foi modificada, vários governos passaram e os edifícios permaneceram condizentes em relação à atividade ali desenvolvida.

No início de seu trabalho no Paraná, Martinez definiu o que seria a nova diretriz de construção de edifícios escolares: os "grandes grupos", implantados nas "cidades populosas, [oferecendo] múltiplas vantagens de ordem pedagógicas como de ordem econômica, pois uma mesma direção aproveita ao ensino de centenas de crianças além de tornar possível formação de classe homogêneas" (Paraná, 1920, p. 27-28). Essa questão esteve presente no relatório de 1913, que apresentou novos projetos arquitetônicos de escolas, e no Código de Ensino de 1917. Ambos os documentos fizeram referência ao grupo escolar modelo, com oito salas de aula e demais dependências. Também nas duas oportunidades, foi colocada a conveniência de grupos escolares menores, com duas e quatro salas de aula, para cidades e localidades menores. As propostas de Martinez, portanto, não apresentavam novidades; a grande questão era a efetiva implantação dessas idéias.

O primeiro grupo escolar foi construído por Caetano Munhoz da Rocha e César Pietro Martinez em Ribeirão Claro, no ano de 1925. Seu projeto apresenta um programa arquitetônico conhecido: quatro salas de aula e duas salas de apoio, destinadas ao diretor e aos professores. Entretanto, sua ordenação espacial possui características distintas em relação aos edifícios anteriormente construídos. Pela primeira vez em uma escola primária paranaense foi utilizada uma implantação em U, simétrica, repetindo a configuração das recém-projetadas escolas normais. Esse formato define três alas: uma central e duas laterais. Nestas, situam-se as salas de aula e os acessos ao edifício, naquela os ambientes de apoio, um para o diretor e outro para os professores. Com essa disposição, as seções feminina e masculina ficam espacialmente delimitadas. O programa arquitetônico é enxuto e não apresenta entrada principal. A linguagem formal é eclética. O edifício foi construído em alvenaria, possui porão alto e as instalações sanitárias são externas.

Em janeiro de 1928, no final do mandato de Caetano Munhoz, sete grupos escolares apresentando o projeto com seis salas de aula foram inaugurados em Pirai do Sul, São Mateus do Sul, Colônia Mineira (depois Siqueira Campos), Carlópolis, Cambará, Santo Antônio da Platina e Tomazina. A solução espacial é a mesma de Ribeirão Claro, acrescida de mais dois ambientes de ensino colocados no prolongamento das alas laterais. Esta característica define uma padronização do projeto arquitetônico (considerado aqui de forma integral, ou seja, de programa de necessidades, ordenação espacial, técnica construtiva e linguagem formal) e a possibilidade de ampliação. Essa é, sem dúvida, a maior diferença entre este conjunto

de projetos e os demais aqui apresentados, uma vez que os edifícios em bloco único não têm esta flexibilidade. Entendendo que há um crescimento da população em idade escolar, a ordenação espacial em U permite um aumento do número de salas de aula sem comprometimento da área já construída. Essa solução irá se consolidar nos anos seguintes.

Além dos edifícios já relacionados, Caetano Munhoz inaugurou, no final de seu mandato, grupos escolares em Entre Rios, Foz do Iguaçu e Curitiba. O primeiro era composto de quatro salas de aula e gabinete de direção (Paraná. Governo, 1928, p. 111). O projeto arquitetônico, fotografias do edifício e outras informações sobre a escola não foram encontrados.

O Grupo Escolar de Foz do Iguaçu, concluído em dezembro de 1927 e inaugurado em janeiro de 1928, possuía seis salas distribuídas em dois pavimentos, embora a Mensagem de 1928 anunciasse "oito salas de aula, gabinete do diretor, etc. distribuídos em dois pavimentos" (Paraná, 1928, p. 111).

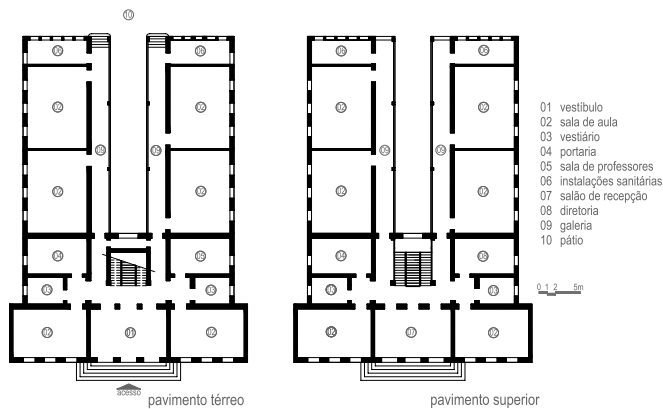


Figura 4 – Plantas dos pavimentos térreo e superior do Grupo Escolar D. Pedro II, em Curitiba

Fonte: Paraná (1925). Relatório da Secretaria Geral de Estado para a Presidência do Estado, relativo ao exercício financeiro 1924-25. Curitiba: Livraria Mundial e França e Cia., 31 de dezembro de 1925.

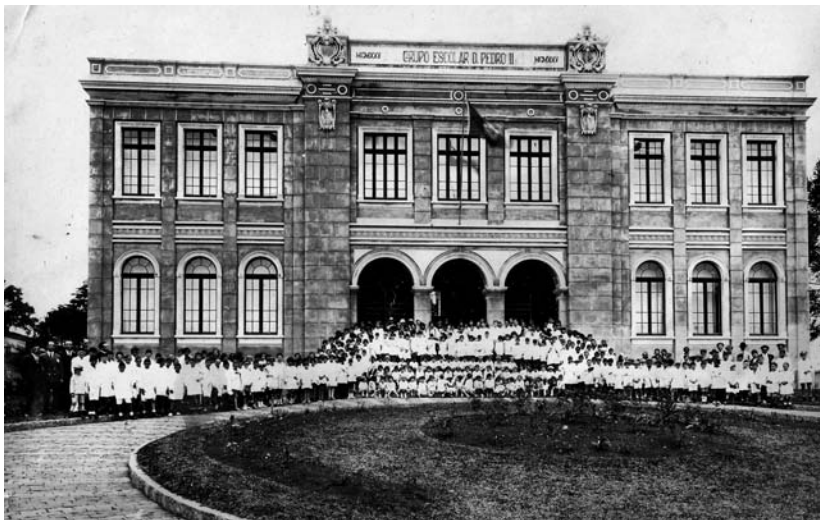


Foto 4 – Grupo Escolar D. Pedro II, em Curitiba – 1928

Fonte: Acervo do Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.

O projeto arquitetônico mostra uma planta em “U”, configurada de forma semelhante aos projetos anteriores. No entanto, o aclive acentuado do terreno determinou o uso de dois pavimentos na parte frontal do edifício. As duas laterais apresentam apenas um pavimento. A solução formal semelhante a das demais escolas da época. Edifício eclético, linhas sóbrias. No governo de Affonso Camargo recebeu a denominação de Bartolomeu Mitre (Foz do Iguaçu, 2007).

O anúncio da conclusão da construção do Grupo Escolar D. Pedro II foi feito apenas com uma descrição sucinta: “Construcção commemorativa do primeiro centenário do nascimento do grande Imperador do Brazil, com dezesseis salas de aula, gabinete do director, gabinete dentário, museu, etc.” (Paraná. Governo, 1928, p. 110). Foi inaugurado em 24 de fevereiro de 1928, ao final de oito anos na Presidência do Paraná de Caetano Munhoz da Rocha. O projeto arquitetônico já tinha sido apresentado no final de 1925 (Paraná, 1925) e a obra iniciou-se em 1926. A planta em U novamente está presente. Na ala central, um vestíbulo de dimensões generosas faz a transição entre o ambiente externo e interno. As duas alas laterais abrigam juntas as 12 salas de aula, os ambientes administrativos e, nas extremidades, as instalações sanitárias.

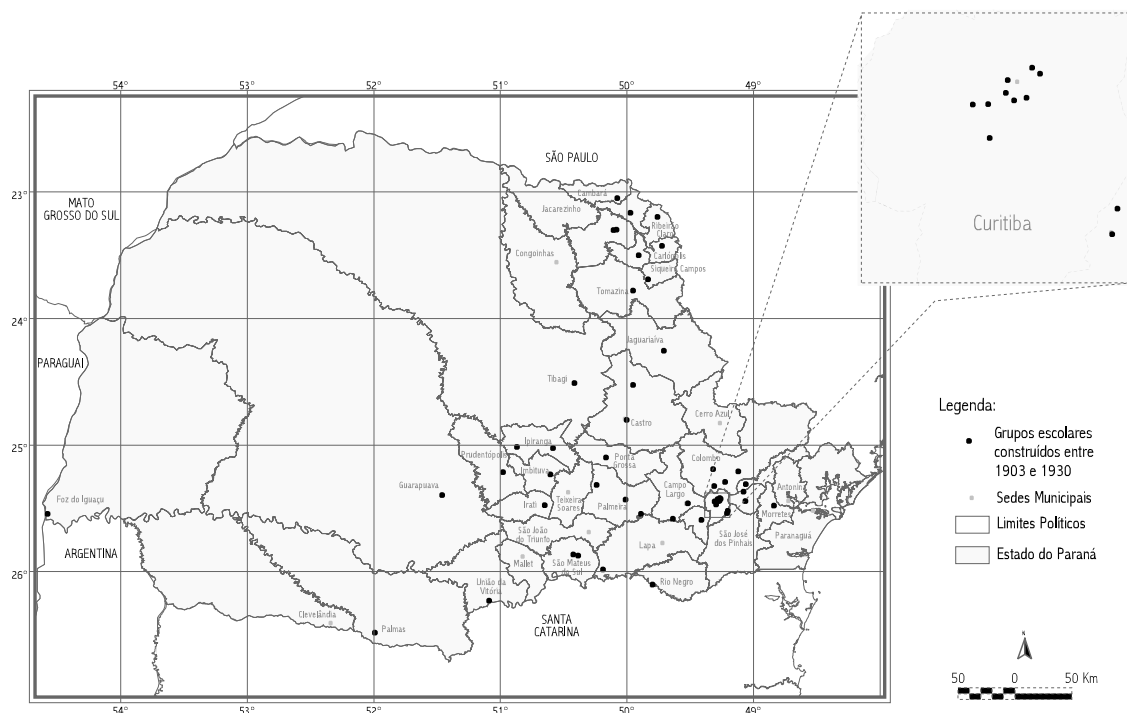
O programa arquitetônico do último grande grupo escolar construído na Primeira República é mais complexo que os dos demais edifícios escolares aqui analisados. As salas apresentam as mesmas proporções que as encontradas anteriormente, assim como também possuem um bom índice de iluminação e ventilação proporcionado por amplas aberturas. Mas sua concentração é maior, as doze salas de aula ultrapassam a demanda das oito salas para o ensino primário (quatro séries, com separação de meninos e meninas). Ou seja, o Grupo Escolar D. Pedro II notabilizou-se pelo seu porte, por ser um grande empreendimento.

Além disso, incorporou tecnologia ao apresentar dois pavimentos e instalações sanitárias internas e agregou a seu programa construtivo um salão de recepção no primeiro pavimento e ambientes administrativos que vão além de uma sala para diretor e outra para professores, tais como a portaria e o vestiário.

Com a construção do Grupo Escolar D. Pedro II, estava implantada a política dos “grandes grupos”, anunciada oito anos antes, em 1920, por César Pietro Martinez (Paraná, 1920, p. 27-28). Esse foi o último edifício escolar construído na Primeira República. Affonso Camargo, sucessor de Caetano Munhoz da Rocha no Governo do Paraná, não construiu escolas. Na Mensagem de 1929, anunciou que, entre outras coisas, “aumentar o numero dos edificios escolares” era “objeto de determinações já dadas no sentido de se proceder a estudos e projectos, obedientes á situações, natureza e fins dos edificios a construir” (Paraná. Governo, 1929, p. 83). Sendo assim, Affonso Camargo solicitou, ou iria solicitar, novos projetos arquitetônicos de escolas, para depois construí-las, mas não houve tempo para isso. Em 5 de outubro de 1930 deixou seu cargo, sendo substituído pelo interventor Mário Alves Monteiro Tourinho.

Considerações finais

No Paraná, durante a Primeira República, 36 edifícios destinados à instrução primária foram construídos. O Mapa 1 mostra a localização deles e possibilita verificar sua concentração na região leste, conhecida como Paraná Velho. Também destaca o grande número dessas escolas na capital do Estado, 22% do total. Curitiba ganhou, no período, oito edifícios projetados e construídos como escolas primárias, enquanto as demais cidades, quando contempladas, receberam apenas um.



Mapa 1 – Grupos escolares construídos no Paraná – 1903-1930

Nota: Mapa elaborado por Eduardo Vedor de Paula tendo como base os dados municipais do Paraná Cidade e os mapas disponíveis no acervo digital do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná (ITCG).

São curitibanos o primeiro e o último grupo escolar da Primeira República, o Dr. Xavier da Silva e o D. Pedro II. Eles podem ser considerados marcos referenciais da arquitetura escolar e do processo de constituição e disseminação de escolas públicas no Paraná. O primeiro iniciou o processo, dentro da concepção de graduação do ensino; o segundo materializou a sua consolidação, já amadurecida pelo percurso de 25 anos.

Em 1903, o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva foi inaugurado. Com seis salas de aula, tinha por objetivo atender as quatro séries primárias, com seções separadas para meninos e meninas e, para isso, seriam três salas para cada sexo. Os dois últimos anos (naquele momento, 1ª e 2ª série do 2º grau) foram reunidos em uma única sala. Não poderia ser uma

situação ideal. No entanto, ao compararmos esta escola pública com as demais existentes, pode-se perceber um grande avanço. As Escolas Carvalho, Oliveira Bello e Tiradentes, construídas no final do século 19, possuíam cada uma duas salas de aula (Paraná, 1904, p. 12).

Outras características destacadas foram a presença dos recreios cobertos no corpo do edifício e a ausência da sala do diretor e dos professores. É provável que esta última seja a que mais surpreenda. Como um grupo escolar foi projetado sem este(s) ambiente(s)? Se a referência para a implantação de grupos escolares no Paraná foi a experiência paulista, suas escolas contemplaram pelo menos uma sala para professores.

Os responsáveis por este empreendimento eram pessoas de grande destaque no cenário paranaense. Vitor Ferreira do Amaral e Silva, médico e professor do Ginásio Paranaense, foi fundador, alguns anos mais tarde, da Universidade do Paraná. Como Diretor Geral de Instrução Pública implantou a escola graduada no Estado. Naquele momento, nem todos os professores eram formados, os pouquíssimos inspetores escolares não eram eficientes, não havia mobiliário nem material escolar adequado, a situação era precária. Se, ao definir o programa arquitetônico do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, Vitor do Amaral não incluiu a sala do diretor, não havia esta demanda, tanto que este ambiente só foi criado somente dez anos depois, em 1913, com a divisão do vestíbulo.

Candido Ferreira de Abreu, engenheiro formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, trabalhou nas obras da estrada de ferro Madeira-Mamoré, no norte do País e foi diretor de Obras Públicas da Província do Paraná, em 1887 (Sutil, 2003, p. 54). Era considerado um profissional experiente.

O Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva atendeu, nas palavras de Vitor do Amaral, a “todas condições técnicas exigidas para obras deste gênero” (Paraná, 1903a, p. 8). Esta declaração não surpreende. Primeiramente, porque ele mesmo definiu o programa arquitetônico. Em segundo lugar, o arquiteto ou o engenheiro, ao desenvolver um projeto para um edifício, tem como pressuposto atender às necessidades das atividades que serão ali desenvolvidas. Para isso, ele necessariamente relaciona e compreende tais demandas e, após uma *interpretação*, coloca-as no papel e as materializa no espaço construído. Esse produto arquitetônico (projeto e/ou edifício) é elaborado com base em um saber específico da disciplina, que envolve teoria e prática, técnicas projetivas e construtivas, etc. Da mesma forma, é uma resposta histórica e geograficamente situada, uma vez que a produção desse conhecimento é cultural, situada em determinado tempo e espaço, ou seja, o projeto e o edifício do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva foram uma resposta a uma demanda específica.

Os edifícios escolares construídos posteriormente podem ser divididos, de acordo com seu programa arquitetônico, em dois tipos: com duas e quatro salas de aula. Do Dr. Xavier da Silva e dos grupos escolares paulistas permaneceram como características a separação física das seções masculina e feminina, a diferenciação e hierarquização de acessos, a preocupação com uma correta iluminação e ventilação e com a salubridade,

a técnica construtiva que reunia conforto e durabilidade e uma linguagem formal eclética. Estas configurações conservaram-se válidas durante todo o período, mesmo quando em meados da década de 1910, uma estrutura maior começou a ser idealizada. Alguns anos se passaram entre o querer e o fazer. Somente em 1928, foi edificado de forma plena um grupo escolar em Curitiba.

Já foi visto que o D. Pedro II foi o último grupo escolar a ser construído na Primeira República. Seu programa arquitetônico é o mais completo do período, estabelecendo um novo parâmetro para as construções escolares, marcando toda a plenitude da concepção pedagógica, da adoção de critérios higienistas, das inovações técnicas e artísticas da composição arquitetônica e da ação política. O D. Pedro II foi um marco referencial e um modelo. Poucos foram os grupos escolares construídos posteriormente que adotaram plenamente seus padrões. No entanto, eles estavam estabelecidos, orientando as soluções mais correntes.

Os edifícios escolares aqui estudados foram concebidos e construídos para atender, de forma adequada, às necessidades pedagógicas e higienistas vigentes, de acordo com a demanda e as condições específicas locais e regionais. Para isso, adotaram técnicas construtivas e linguagem formal condizentes com o momento. Persistiu, em todos eles, a intenção de valorização formal e o comprometimento com a função e com a importância social atribuída à escola primária. Dessa forma, encontrou-se o atendimento a todos os critérios analisados: *programa arquitetônico, técnica construtiva, configuração espacial e linguagem formal*.

O edifício escolar, enquanto produto arquitetônico, expressa a arte e a técnica de construir espaços, de estabelecer ordem e limites, de atender a demandas específicas, de traduzir valores, de materializar e simbolizar uma ação. É, portanto, uma manifestação cultural que, analisada de forma plena, pode contribuir para o entendimento do processo de instituição e consolidação de escolas e, em última instância, com a historiografia da educação no Paraná.

Referências bibliográficas

ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. 2. reimp. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *Arte moderna*. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARTIGAS, Vilanova. Sobre escolas. In: _____. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 1999. p. 87-98.

BENÉVOLO, Leonardo *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CAMPOS, Eudes. O ecletismo paulistano no tempo do jovem Ramos de Azevedo. *Revista Cidade*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 25-31, jan. 1998.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. *São Roque: um exílio – uma análise do papel do Hospital São Roque, Piraquara/PR na história da hanseníase no Paraná*. 2003. 138 f. Monografia (Especialização em Análise Ambiental) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

_____. *A arquitetura do isolamento em Curitiba na República Velha*. Curitiba, 2004.

_____. *O Leprosário São Roque e a modernidade: uma abordagem da hanseníase na perspectiva da relação espaço-tempo*. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

_____. *Grupos escolares de Curitiba na primeira metade do século XX*. Curitiba, 2008.

COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes Faria Filho. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. *Revista da Faculdade de Educação*, USP, São Paulo, v. 24, n. 1, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-5551998000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Turismo. *Colégio Bartolomeu Mitre*. Disponível em: <<http://www.camarafoz.pr.gov.br/museudaimg.php>>. Acesso em: 27 set. 2007.

GUADET, Julien. *Éléments et théorie de l'architecture*, Tome II, Livre VII: Les éléments de la composition dans les édifices d'enseignement et instruction publique. Paris: Librairie de la Construction Moderne, 1910. p. 209-228 : Chapitre premier : Écoles primaires. (1ª edição: 1901). Disponível em : <<http://www.archive.org/details/lmentseth02quaduoft>>.

INDICADOR Paranaense. [Curitiba], [s.d.], 1912. 204 p.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luíza. O que torna o ensino público tão fraco? O atraso histórico na educação. *Braudel Papers, Documento do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial*, São Paulo, n. 30, p. 1-10, 2001. Disponível no endereço eletrônico: <<http://www.braudel.org.br/paper30a.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2006.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 97-136.

PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretario de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica, em 31 de dezembro de 1902*. Curityba: Typ. d'A Republica, 1903.

_____. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretario de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica, em 31 de dezembro de 1902*. Curityba: Typ. d'A Republica, 1903a.

_____. *Relatorio da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica e anexos, em 31 de dezembro de 1903*. Curityba: Typ. d'A Republica, 1904.

_____. *Relatorio da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica e anexos, em 31 de dezembro de 1904*. Curityba: Typ. d'A Republica, 1905.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Vicente Machado de Lima, Presidente do Estado do Paraná, por Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario d'os Negócios de Obras Pública e Colonização*. Curityba: Typografia d'A Republica, 1907.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1910, pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado dos Negócios de Obras Pública e Colonização*. Curityba: Typografia d'A Republica, 1910.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de Dezembro de 1911, pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado dos Negócios de Obras Pública e Colonização*. Curityba: 1912.

PARANÁ. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Director Geral da Instrução Publica*, em virtude do officio de 24 de Junho de 1912. Curityba: Typ. do Paraná Moderno, 1912a.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretario d'Estado dos Negócios de Obras Públicas, Terras e Viação, Dr. Marins Alves de Camargo*. Anno de 1913. Curityba: Impressora Paranaense, 1913.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, em 31 de dezembro de 1912, pelo Engenheiro Civil José Niepce da Silva, Secretario d'Estado dos Negócios de Obras Públicas, Terras e Viação, Dr. Marins Alves de Camargo*. Curityba: Impressora Paranaense, 1913a.

_____. *Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Director Geral da Instrução Publica*. Coritiba: Typ. do Diário Official, 1914.

_____. *Relatório apresentado ao cidadão Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretario d'Estado do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Director Geral da Instrução Publica*, em 31 de Dezembro de 1914. Coritiba: Typ. do Diário Official, 1915.

_____. *Código de Ensino do Estado do Paraná: Decreto nº 17 de 9 de janeiro de 1917*. Coritiba: Typ. d'A Republica, 1917.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo Snr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Secretario d'Estado dos Negócios de Fazenda, Agriculturas e Obras Publicas pelo Engenheiro Director de Obras e Viação, Engenheiro Civil João Moreira Garcez*, exercício de 1916-1917. Curityba: Typ. d'A Republica, 1917a.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Pietro Martinez, Inspector Geral do Ensino*. Curityba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1920.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo Sr. Secretario Geral de Estado pelo Professor César Pietro Martinez, Inspector Geral do Ensino*. Curityba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1924.

_____. *Relatório da Secretaria Geral de Estado para a Presidência do Estado*, relativo ao exercício financeiro 1924-25. Curityba: Livraria Mundial e França e Cia., 31 de dezembro de 1925.

PARANÁ. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná*, em 1º de fevereiro de 1928. Curitiba: 1928.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 2ª Sessão da 19ª Legislativa*. Curitiba, 1º de fevereiro de 1929.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Cortesia, civilidade, urbanidade: conversando com Norbert Elias sobre a conformação do espaço e das sociabilidades na cidade medieval portuguesa. *História: questões & debates*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 111-146, jan./jun. 1999.

RATACHESKI, Alir. Cem anos de ensino no Estado do Paraná. In: *ÁLBUM Comemorativo do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná*. Curitiba: Governo do Paraná, Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

SUTIL, Marcelo Saldanha. *Beirais e platibandas: a arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20*. 2003. 200p. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

TUBEUF, Georges. *Traité d'architecture théorique et pratique – vol. IV: Types de constructions diverses*. Paris: H. Chairgrasse Fils, [1890].

Elizabeth Amorim de Castro, arquiteta e urbanista, é doutoranda em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR). É pesquisadora de História da Arquitetura, com ênfase nos seguintes temas: História de Curitiba/Paraná, Urbanização/Higienismo de Curitiba, Hanseníase no Paraná, Arquitetura/História de Hospitais de Isolamento, Arquitetura/História de Colégios e Educandários e de Conventos e Seminários em Curitiba, Arquitetura Escolar e Escolas/Educação no Paraná. Atualmente desenvolve estudo sobre a arquitetura escolar no Paraná. Publicou os seguintes livros: *A arquitetura do isolamento em Curitiba na República Velha, Ensaios sobre a arquitetura em Curitiba (volume 1: Conventos e seminários; volume 2: Colégios e educandários)* e *Grupos escolares de Curitiba na primeira metade do século 20*.

elizabeth.amorim.de.castro@gmail.com

Recebido em 25 de abril de 2008.

Aprovado em 21 de novembro de 2008.